

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE INTELIGÊNCIA POLÍTICA: ANÁLISE TENDENCIAL DO AMBIENTE POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Autores (ordem alfabética):

Audren Marlei Azolin
(Centro Internacional Uninter)

Barbarah Hanna Pelá Lopes
(Centro Internacional Uninter)

Emily Borges Honorato
(Centro Internacional Uninter)

Luiz Fernando Nunes Moraes
(Centro Internacional Uninter)

Eixo Temático: Teoria e Metodologia da Ciência Política

Trabalho preparado para apresentação no 12º Congresso Latino-americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP).

Lisboa - Portugal, 17 a 20 de julho de 2024

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE INTELIGÊNCIA POLÍTICA: ANÁLISE TENDENCIAL DO AMBIENTE POLÍTICO-INSTITUCIONAL

RESUMO: Este comunicado visa apresentar resultados de uma pesquisa cujo objeto é a atuação de cientistas políticos no mercado extra-acadêmico. Busca identificar os conceitos, metodologias, métodos e técnicas que os cientistas políticos estão aplicando nesse mercado. A pesquisa revelou que no Brasil, a partir da segunda década do século XXI, cientistas políticos passaram a ser contratados por segmentos do empresariado, bem como por consultorias políticas, para atuarem no mercado de representação de interesse (lobby), atualmente denominado de Relações Institucionais e Governamentais – RIG. A pesquisa revelou também que os cientistas políticos inseridos nesse mercado estão desenvolvendo metodologias, métodos e técnicas de inteligência política, que estão sendo transformados em produtos e serviços para identificação e avaliação de riscos políticos, para gerar dados para defesa de interesses dos seus contraentes junto aos tomadores de decisão política. Na intenção de contribuir para as metodologias de inteligência política, desenvolvemos uma metodologia para realizar uma análise tendencial do ambiente político-institucional, fazendo uso das medidas de tendência central (média, moda e mediana). Para efeito desta proposta de artigo, aplicou-se essa metodologia em um teste empírico: a produção legislativa da Câmara dos Deputados referente ao tema Ensino a Distância – EAD, no recorte temporal 2003 – 2023. O uso da metodologia nos permite responder ao seguinte questionamento: o ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados apresenta tendência favorável (oferece oportunidades) ou desfavorável (oferece riscos) aos interesses de um grupo de alunos do EAD? Aqui é importante um adendo. Identificar interesses é distinto de uma pesquisa de opinião, uma vez que um ambiente político-institucional pode ser ao mesmo tempo favorável para um determinado grupo e desfavorável para outro, dentro de um mesmo tema investigado. Posto isso, por questões de viabilidade da pesquisa, que está com status de teste empírico, selecionou-se um grupo de alunos específicos. Assim, se o ambiente político-institucional se revelar favorável ou desfavorável, será na perspectiva do grupo de alunos selecionados. O objetivo geral consiste em analisar e avaliar o ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados referente ao tema em tela. Por sua vez, os objetivos específicos são: 1) identificar se a produção legislativa da Câmara dos Deputados, como um todo, oferece risco ou oportunidade ao grupo de alunos e em que grau e 2) identificar e avaliar os partidos que oferecerem riscos e oportunidades aos interesses do grupo de alunos e em

que grau. A metodologia desenvolvida faz uso de dois indicadores: 1) formação da agenda (neste teste empírico relativa ao tema EAD) e 2) impacto político (neste teste empírico nos interesses do grupo de alunos). Uma vez que a análise proposta é tendencial, faz parte dos objetivos analisar também se a tendência é de aumentar ou diminuir riscos e oportunidades, a partir da combinação de análise tendencial e medida de tendência central, para efeito do teste empírico. Espera-se com esta proposta metodologia contribuir para pesquisas acadêmicas no âmbito da ciência política, bem como para uso no mercado de RIG quanto à análise de inteligência política.

Palavras-Chave:

Metodologia; Inteligência política; Ciência política;

1. INTRODUÇÃO:

Este artigo apresenta alguns resultados do projeto de pesquisa “*Ciência Política Aplicada ao Mercado da Política de Relações Institucionais e Governamentais (RIG): A Contribuição dos Cientistas Políticos para a Avaliação de Risco Político*”, cujo objeto de pesquisa é a atuação de cientistas políticos e de cientistas políticas no mercado extra-acadêmico, onde se busca identificar os conceitos, metodologias, métodos e técnicas que os cientistas políticos e cientistas políticas estão aplicando nesse mercado.

A pesquisa revelou que no Brasil, a partir da segunda década do século XXI, cientistas políticos e cientistas políticas passaram a serem contratados, de forma significativa, por segmentos do empresariado, bem como por consultorias políticas, para atuarem no mercado de representação de interesse (*lobby*), atualmente denominado de Relações Institucionais e Governamentais – RIG. Em sum, os cientistas políticos e cientistas políticas são contratados para analisarem o ambiente político-institucional.

A pesquisa revelou também que os cientistas políticos e cientistas políticas inseridos nesse mercado estão desenvolvendo metodologias, métodos e técnicas de inteligência política, que estão sendo transformados em produtos e serviços para identificação e avaliação de riscos políticos, no sentido de gerar dados para defesa de interesses (*lobby*) dos seus contratantes junto aos tomadores de decisão política.

Neste artigo¹, em particular, visamos contribuir para a avaliação do ambiente político-institucional. Desta forma, desenvolvemos uma metodologia, ainda em fase de

¹ Este artigo foi produzido a partir das conferências ministradas pela cientista política Audren Azolin e pelo cientista político Fernando Moraes, quando foi apresentada a inteligência política enquanto metodologia de avaliação do ambiente político-institucional. Estas conferências foram realizadas no âmbito do projeto de

teste, para realizar análises tendenciais do ambiente político-institucional, fazendo uso das medidas de tendência central (média, moda e mediana). Neste artigo apresentamos os resultados de um teste empírico quando aplicamos a metodologia a um objeto concreto.

Para efeito deste artigo, temos um objeto de pesquisa primário, a saber: a inteligência política enquanto metodologia de avaliação do ambiente político-institucional e, enquanto objeto secundário, entendido enquanto teste empírico, a produção legislativa da Câmara dos Deputados referente ao tema Ensino a Distância – EAD, no recorte temporal 2003 – 2023. Eis aqui a delimitação do objeto secundário dentro do ambiente político-institucional.

Combinando os dois objetos de pesquisa acima apresentados, o uso da metodologia visa responder o seguinte questionamento: o ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados apresenta tendência favorável (oferece oportunidades) ou desfavorável (oferece riscos) aos interesses de um grupo de estudantes da modalidade EAD?

Por sua vez, a pergunta que corresponde ao objeto primário, logo, a mais importante a ser respondida é: a inteligência política enquanto metodologia, ora apresentada, é eficaz para avaliar o ambiente político-institucional?

O objetivo geral consiste em testar uma metodologia de avaliação do ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados, que denominamos de inteligência política, tendo como teste empírico a produção legislativa referente ao tema em tela. Por sua vez, os objetivos específicos são:

- 1) Apresentar uma variável operacional de inteligência política para avaliar o ambiente político-institucional;
- 2) Identificar se a produção legislativa da Câmara dos Deputados oferece risco e/ou oportunidade aos interesses do grupo de alunos e em que grau;
- 3) Identificar e avaliar os partidos políticos que mais oferecerem riscos e oportunidades aos interesses do grupo de alunos e em que grau.

Esses objetivos são importantes para testarmos a metodologia de inteligência política aqui proposta.

pesquisa “*Ciência Política Aplicada ao Mercado da Política de Relações Institucionais e Governamentais (RIG): A Contribuição dos Cientistas Políticos para a Avaliação de Risco Político*”. Para produção deste artigo foram convidadas as graduandas, e integrantes do referido projeto de pesquisa, Hanna e Emily, que figuram também como autoras deste artigo, além da cientista política Audren Azolin e do cientista político Fernando Moraes.

Além desta introdução, o artigo está dividido em três partes. A primeira parte trata de como transformar conceitos abstratos em variáveis operacionais, no sentido de desenvolvermos indicadores mais apropriados para avaliar o ambiente político-institucional. Por sua vez, a segunda parte trata do teste empírico, ou seja, da aplicação da inteligência política enquanto metodologia de avaliação do ambiente político-institucional. E, por fim, a conclusão quando afirmaremos ou não a validade da metodologia.

2. INTELIGÊNCIA POLÍTICA - DO CONCEITO À OPERACIONALIZAÇÃO:

Uma vez que este artigo se propõe a realizar um teste empírico de natureza quantitativa, torna-se imperativo transformarmos conceito abstrato em variável operacional, isto é, “Todo conceito é uma abstração que serve para identificar ocorrências do mundo real. A ciência precisa ter um mínimo de clareza sobre os seus conceitos. Quanto mais preciso forem os conceitos, melhor será para a compreensão”. (Cervi, 2017, p. 33).

O cerne da questão consiste em partir do mundo teórico, conceitual, abstrato em direção ao mundo real, empírico, observável, no sentido de analisar o fenômeno ao qual corresponde o conceito. Não significa rejeitar a abstração, mas sim a partir dela verificar o conceito no mundo real. Isso significa transformar o conceito em variável operacional. De acordo com Emerson Cervi, “É preciso entender que um conceito não é uma variável. Para ser estudado empiricamente, o conceito precisa ser transformado em variável e então ser testado na realidade (2017, p. 33).

Partir de uma mensuração de um fenômeno qualquer sem orientação conceitual é um grande equívoco ao se fazer ciência. É o mesmo que apresentar uma variável sem trabalhar minimamente uma teoria, um conceito. Isso porque, “Variáveis são características observáveis, com alguma definição prévia conceitual e que apresenta algum tipo de diferenciação das ocorrências, ou seja, devem variar e não ser constante” (Cervi, 2017, p. 31).

Ao transformar um conceito em uma variável, busca-se medir o fenômeno. Posto isso, “Para se conseguir uma boa variável é preciso estabelecer quais aspectos observáveis traduzem melhor os conceitos que devem ser medidos” (*Idem, Idem*, p. 33).

Considerando o exposto acima, para avaliar o ambiente político-institucional aqui definido é necessário desenvolver uma variável que seja adequada à realidade político-institucional.

2.1. A INTELIGÊNCIA POLÍTICA ENQUANTO METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO AMBIENTE POLÍTICO-INSTITUCIONAL – ELABORANDO A VARIÁVEL POTENCIAL IMPACTO POLÍTICO:

É muito valorizado no mercado de Relações Institucionais e Governamentais (RIG) profissionais com habilidades e competências para identificar e avaliar riscos políticos, oriundos das ações dos tomadores de decisão política, que possam impactar negativamente nos interesses de organizações, de forma especial de organizações empresariais.

Esta necessidade de avaliar o risco político, abriu grande espaço no mercado de RIG para cientistas políticos e cientistas políticas, uma vez que, “A noção de risco político coloca o Estado (e suas instituições) como variável explicativa significativa para o impacto nos negócios das empresas” (Azolin, 2020, p. 304). Isso porque, “[...] a política traz para o mundo dos negócios muitas incertezas, logo, muitos riscos” (*Idem, Idem*, p. 304). Assim, o ambiente político-institucional é um ambiente de incertezas que, por sua vez, dificulta, sobremaneira, a tomada de decisão empresarial.

A grande necessidade neste século de profissionais com habilidades e competências relativas à inteligência política se dá, conforme nos ensinou Azolin, devido ao aumento da complexidade do processo de decisão política:

[...] notamos que se intensificou, no século XXI, a fragmentação partidária, seguida do aumento de partidos efetivos. Em 2006, havia na Câmara dos Deputados aproximadamente 11 partidos efetivos, quando a quantidade classificada como moderada é de 5 partidos, no máximo (Carreirão, 2014), ou seja, passou a existir 6 partidos a mais. Deste modo, o custo para manter a coalizão foi muito alto. [...]. Isso revela que, na primeira década do século XXI, o funcionamento do processo de decisão apresentava-se bastante complexo (Azolin, 2020, p. 361).

O processo de decisão política, logo, o ambiente político-institucional ficou cada vez mais complexo, exigindo profissionais especializados em inteligência política, uma vez que, “As organizações que traçam estratégias de negócio precisam antecipar cenários políticos futuros e, a fim de atender a essa necessidade, o profissional de relações governamentais tem de ser especialista em inteligência política” (Azolin, 2020, p. 361). O empresariado cada vez mais entende o ambiente político-institucional como um ambiente de incertezas e potencialmente gerador de risco político para seus interesses.

Assim, o risco político surge como uma variável para avaliar o ambiente político-institucional. No entanto, entendemos que a variável “risco político” não condiz com a realidade do processo de decisão política e limita a inteligência política enquanto

metodologia de avaliação do ambiente político-institucional. De acordo com Azolin (2020, p. 301), “A expressão *risco político* revela uma visão negativa da política [...]”. Esta visão negativa tem fundamento na ortodoxia liberal, uma vez que,

[...] conforme essa orientação, o Estado é concebido como um interventor econômico que apenas cria entraves ao desenvolvimento. Isso porque, na concepção liberal, o mercado tem suas próprias regras, conduzidas por uma mão invisível (Azolin, 2020, p. 302).

No entanto, outra visão da política é apresentada pelos desenvolvimentistas, em especial por aqueles que entendem que o Estado pode também promover bem-estar social. Para estes,

[...] o Estado é o grande ator indutor do desenvolvimento. [...]. O desenvolvimentista entende o Estado como aquele que gera oportunidades para o desenvolvimento. Ele é o responsável por elaborar e implementar os grandes programas de desenvolvimento nacional” (Azolin, 2020, p. 302).

Temos aqui uma dicotomia conflitosa que entende a política de forma diametralmente oposta². Desta forma, entendemos que o Estado e suas instituições tanto podem oferecer riscos quanto oportunidades. A ideia de inteligência política, como a concebemos, se sustenta nesse princípio dual quanto aos resultados políticos, uma vez que, como nos ensinou Andréa Gozetto, “O objetivo dessa atuação [de inteligência política] é empreender ações que tornem possível a identificação de oportunidades, a antecipação de riscos regulatórios e a elaboração de cenários políticos” (Gozetto, 2018, p. 43).

Do ponto de vista conceitual, o potencial impacto político consiste na capacidade potencial da ação dos tomadores de decisão política, mediante a produção legislativa, de impactar, oferecendo riscos e/ou oportunidades, nos interesses mais amplos da sociedade, bem como nos interesses específicos de diversos grupos sociais. É potencial porque na condição de proposições legislativas, ainda não tiveram efeitos práticos na sociedade.

Posto isso, o potencial impacto político se transforma em variável mais adequada de metodologia de inteligência política, uma vez que não se limita a uma destas visões de mundo. É nesse sentido que propomos a variável “*potencial impacto político*” para avaliar o ambiente político-institucional.

² Os desenvolvimentistas não entendem que o Estado somente promove oportunidades. Entende também que o Estado oferece riscos. Contudo, diferente do pensamento da ortodoxia liberal, o Estado é importante ator do desenvolvimento, o que difere essencialmente do pensamento liberal, que confia que o desenvolvimento é alcançado pelas forças de mercado. Nesta perspectiva, o Estado não promove desenvolvimento, pelo contrário torna-se um grande obstáculo.

A partir dessa variável, podemos medir (a) o potencial impacto político de risco, (b) o potencial impacto político de oportunidade e (c) sem potencial impacto político. Do ponto de vista metodológico, surge um indicador importante para avaliar o ambiente político-institucional.

Para efeito deste artigo, e orientado pelos pressupostos do neoinstitucionalismo, a definição de inteligência política, enquanto metodologia, consiste em um conjunto de métodos e técnicas para avaliar tendências do ambiente político-institucional quanto a oferecer riscos e/ou oportunidades para um determinado interesse. Em suma, a inteligência política enquanto metodologia, avalia o potencial impacto político do ambiente político-institucional nos diversos interesses dos variados grupos sociais.

2.2. OPERACIONALIZANDO O CONCEITO DE INTELIGÊNCIA POLÍTICA.

Por questões de viabilidade da pesquisa, que está com *status* de teste empírico, participaram desta pesquisa um grupo específico de alunas³ de nível superior na modalidade Ensino a Distância (EAD). Assim, o resultado do teste empírico revela tão somente a perspectiva deste grupo, doravante chamado de Grupo de Participantes.

O grupo de participantes desta pesquisa avaliou 122 (cento e vinte e duas) proposições legislativas, referentes ao EAD que ingressaram no processo legislativo no período 2003 a 2023, fazendo uso das palavras-chave “ensino a distância” e “educação a distância”. Os dados legislativos foram coletados junto ao Portal da Câmara dos Deputados nos dias 7 e 8 de janeiro de 2024.

A pesquisa junto ao Portal buscou dados legislativos referentes às espécies legislativas Medida Provisória, Proposta de Emenda à Constituição, Projeto de Lei, Projeto de Lei Complementar e respectivas emendas às proposições legislativas originais.

A pergunta colocada para o grupo de participantes foi: quais proposições legislativas têm potencial de impacto político de risco, potencial impacto político de oportunidade e sem potencial impacto político? As respostas foram tabuladas no Excel para geração de gráficos e tabelas.

Há dois métodos de inteligência política utilizados a partir da coleta e tabulação dos dados legislativos: *monitoramento legislativo*, que consiste em identificar proposições

³ Participaram desta pesquisa as integrantes do Projeto de Pesquisa “*Ciência Política Aplicada ao Mercado da Política de Relações Institucionais e Governamentais (RIG): A Contribuição dos Cientistas Políticos para a Avaliação de Risco Político*” na modalidade EAD. Neste ano (2024) fazem parte do referido Projeto de Pesquisa apenas alunas. O gênero não foi critério de seleção para ingressar no projeto de pesquisa, uma vez que outros critérios foram aplicados.

legislativas de interesse do segmento social representado (Oliveira, 2004; Azolin, 2020) e o *monitoramento político*, que visa identificar tomadores de decisão política aliados e não aliados (Oliveira, 2004; Azolin, 2020) aos interesses do segmento social representado.

No primeiro momento se realiza o monitoramento legislativo, quando se identifica as proposições legislativas de interesse, para depois, a partir de uma análise qualitativa, qualificar cada proposição legislativa quanto ao potencial impacto político (risco, oportunidade e sem potencial impacto político). No segundo momento, identifica-se os autores (e seus respectivos partidos políticos) de cada proposição legislativa. De acordo com o tipo de potencial impacto político, identifica-se os respectivos autores aliados (potencial impacto político de oportunidade) e autores não aliados (potencial impacto político de risco) (Azolin, 2020).

Entendemos que o melhor termo seja alinhado e não alinhado, no lugar de aliado e não aliado. Isso porque, o termo aliado e não aliado, leva à noção de situação e oposição, como se fosse uma posição política fixa, que leva também à dicotomia esquerda e direita do espectro ideológico. Por sua vez, os termos alinhados e não alinhados, entendemos estarem ligados aos interesses circunstanciais, isto é, que atores políticos possam produzir proposições legislativas tanto alinhadas quanto não alinhadas aos interesses, no caso aqui específico, aos interesses do grupo de participantes.

No sentido de medir o potencial impacto político do ambiente político-institucional, faz-se uso da *análise técnica*, muito utilizada nos mercados de ações. Esta técnica, para Thiago de Sousa Barros,

[...] dedica-se a formar projeções sobre o comportamento das ações a partir de padrões observados no desempenho passado do mercado e utiliza-se de cálculos matemáticos e estatísticos para efetivar sua análise, com o objetivo de determinar a tendência de evoluções das cotações no curto prazo [...] (Barros, 2015, p. 40).

Para Genilson Fernandes Santana (1997, p. 1), “A análise técnica é um método de previsão”, cuja “premissa na qual se baseia este instrumental é a de que as oscilações dos preços correntes dos ativos são correlacionados com o movimento de seus preços ocorrida no passado” (*Idem*; p. 1).

A proposta da análise técnica consiste em analisar o passado em busca de algum padrão para projetar cenários futuros (Santana, 1997; Barros, 2015), o que se convencionou chamar de análise preditiva. Ainda de acordo com o autor, “os participantes do mercado financeiro desenvolveram métodos de previsão que utilizam uma única informação, a sua série histórica de dados” (Santana, 1997, 1).

Ao aplicarmos a análise técnica para avaliarmos o ambiente político-institucional, visa-se identificar e avaliar tendências quanto à quantidade de proposições legislativas, e seus respectivos potenciais impactos políticos, referente ao tema em tela na série histórica aqui definida.

Preferimos o termo análise tendencial, no lugar de análise preditiva. Isso porque, a predição coloca a responsabilidade no analista e/ou na metodologia utilizada, isto é, se o analista e/ou a metodologia têm capacidade ou não de prever (antecipar possíveis cenários futuros). Por sua vez, a análise tendencial coloca a “responsabilidade” no objeto investigado, isto é, se o objeto apresenta tendência de aumento, diminuição, estabilidade ou se não apresenta tendência.

Quando se realiza uma análise tendencial (série histórica), o gráfico mais utilizado é o gráfico de linha. Este tipo de gráfico nos permite analisar as oscilações do comportamento dos dados no tempo, de forma especial para analisar *topo e fundo*. Os topos são os valores mais altos das curvas em um gráfico de linha. Por sua vez, os fundos são os valores mais baixos (Santana, 1997; Barros, 2015). Analisar topos e fundos, de acordo com Thiago de Sousa Barros, nos permite identificar tendências: “Tendência de alta: topos e fundos Ascendentes; Tendência de Baixa: topos e fundos descendentes; Tendência Neutra [estabilidade]: topos e fundos lateralizados Irregularmente” (Barros, 2015, p. 47).

Ao aplicarmos uma técnica utilizada nos mercados de ações na análise do ambiente político-institucional, estamos cientes que investigamos objetos distintos, logo, buscamos responder as perguntas diferentes dos agentes que operam no mercado financeiro. Estes visam responder as seguintes perguntas: “por que adquirir certo ativo?” e “quando é o momento certo da compra/venda de determinado ativo?” (Barros, 2015, p. 40), dentro da lógica da oferta e da procura.

Por sua vez, as perguntas que nos movem são totalmente diferentes (já apresentadas anteriormente), uma vez que o objeto secundário investigado é impactado por interesses e preferências distintas e conflitantes, bem como impactado também por correlação de forças assimétricas. Desta forma, o objeto de pesquisa secundário aqui investigado torna-se mais complexo.

Posto isso, a metodologia aqui apresentada combina análise técnica com análise grafista, isto é,

Em suma, a Análise técnica estuda o comportamento dos preços, usando em seu arcabouço teórico a matemática e os preços históricos. [...]. Já a Análise

Grafista, busca compreender os movimentos dos investidores e como estes se comportam [...]. E para isso este estudo utiliza-se de diagnóstico de tendências, gráficos e figuras, volume financeiro, e suporte/ resistência (Barros, 2015, p. 44).

Diante do exposto acima, para efeito deste artigo, a análise técnica destina-se a avaliar o comportamento das proposições legislativas referentes ao tema EAD na série histórica (2003 - 2023). Por sua vez, a técnica grafista importante para nossa metodologia é de *suporte e resistência*. Como nos ensinou Santana,

Resistência e suporte, como o próprio nome diz, são preços que após atingidos tenham encontrado uma dificuldade em continuar o movimento na mesma direção. No caso da resistência, o preço não continuou subindo, invertendo, ao menos temporariamente, o movimento anterior e no de suporte, encontrou um determinado piso (Santana, 1997, p. 16).

Em outras palavras, o maior topo é a resistência (teto) e o menor fundo (piso) é o suporte. Para efeito deste artigo, no lugar de analisarmos os preços das ações, serão analisadas as proposições legislativas referentes ao tema EAD. Desta forma, quando lermos comportamento dos dados, estamos tratando de proposições legislativas que podem assumir potencial impacto político de oportunidade, potencial impacto político de risco ou sem potencial impacto político (ou simplesmente sem impacto).

A combinação, neste artigo, da análise técnica com análise grafista, consiste em analisarmos o comportamento dos dados (das proposições legislativas), buscando identificar tendências dentro da série histórica.

3. O TESTE EMPÍRICO – USO DAS MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL ENQUANTO LINHAS PARAMÉTRICAS:

Enquanto teste empírico da metodologia ora apresentada, fazemos uso das medidas de tendência central. Estas medidas são amplamente utilizadas na estatística descritiva no sentido de identificar o ponto central de um conjunto de dados. É uma forma de simplificação de um conjunto de dados. São as medidas de tendência central: **Média**, **Moda** e **Mediana**.

Durante o desenvolvimento da inteligência política enquanto metodologia de avaliação do ambiente político-institucional, percebemos que as medidas de tendência central se revelavam importantes instrumentos para avaliar o ambiente político-institucional de forma global (não tendencial), mas não para analisarmos tendências referente a uma determinada série histórica. Isso porque, tais medidas visam identificar

um ponto central que represente o conjunto de dados (quantidade de proposições legislativas dentro de uma série histórica).

Para superar a dificuldade acima apresentada, para efeito da metodologia em tela, as medidas de tendência central são transformadas em **linhas paramétricas** dentro de uma análise grafista. Desta forma, temos três linhas paramétricas: linha paramétrica de tendência central moda, linha paramétrica de tendência central mediana e linha paramétrica de tendência central média.

Assim, as linhas paramétricas servem de referência (parâmetro) para analisarmos o comportamento dos dados (a quantidade de proposições legislativas de potencial impacto político) em uma série histórica. Ainda dentro da análise grafista, as linhas paramétricas de medidas de tendência central servem também enquanto linhas de resistência (teto) e linhas de suporte (pisso). Assim, neste artigo a resistência e suporte não serão o maior valor de topo (resistência) e o menor valor de fundo (suporte).

A análise grafista de série histórica combinada com as medidas de tendência central, enquanto linhas paramétricas, nos permite identificar e analisar padrões, mudanças de padrões, tendências e não tendências dentro de uma série histórica.

No sentido de cumprirmos os objetivos específicos deste artigo, nesta seção fazemos uso do monitoramento legislativo e do monitoramento político. O primeiro, cujo resultados estão nas seções 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4, visa identificar proposições legislativas que impactem nos interesses do grupo de participantes. Por sua vez, o segundo, com resultados apresentados na seção 3.5, visa identificar os atores políticos alinhados e não alinhados aos interesses do referido grupo acima.

3.1. ANÁLISE GLOBAL DO AMBIENTE POLÍTICO-INSTITUCIONAL - MONITORAMENTO LEGISLATIVO:

A inteligência política enquanto metodologia de avaliação do ambiente político-institucional inicialmente visa responder a seguinte pergunta: o ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados, considerando a série histórica analisada, apresenta potencial para impactar nos interesses do grupo de participantes? Os dados que respondem essa pergunta encontram-se na tabela 1

Tabela 1 – Capacidade potencial do ambiente político-institucional:

Capacidade potencial do ambiente político-institucional

Potencial	N	%
Impacto	97	79,51
Sem impacto	25	20,49
Total	122	100,00

Fonte: Projeto de Pesquisa “Ciência Política Aplicada ao Mercado da Política de Relações Institucionais e Governamentais (RIG): A Contribuição dos Cientistas Políticos para a Avaliação de Risco Político”.

Os dados revelam que 79,51% das proposições legislativas têm capacidade de impactar (potencial impacto político) nos interesses do grupo de participantes, e apenas 20,49% das proposições legislativas não têm tal capacidade de impactar (sem potencial impacto político). Mas em que grau o impacto revelado acima se enquadra? A resposta está na tabela 2:

Tabela 2 – Valência do grau de potencial de impacto:

Grau de potencial impacto político	
Grau	Qualificação
0% (zero) $\leq X \leq 20\%$	Baixíssimo grau de impacto.
$20\% < X \leq 40\%$	Baixo grau de impacto.
$40\% < X \leq 60\%$	Médio grau de impacto.
$60\% < X \leq 80\%$	Alto grau de impacto.
$80\% < X \leq 100\%$	Altíssimo grau de impacto.

Fonte: Projeto de Pesquisa “Ciência Política Aplicada ao Mercado da Política de Relações Institucionais e Governamentais (RIG): A Contribuição dos Cientistas Políticos para a Avaliação de Risco Político”.

Transformando dados quantitativos em qualitativos (tabela 2), o ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados apresenta **alto grau de impacto** nos interesses do grupo de participantes. Do ponto de vista aplicado ao mercado de RIG, o ambiente político-institucional deve ser acompanhado/monitorado com bastante frequência, uma vez que o impacto nos interesses do grupo de participantes se revela em

alto grau. No entanto, resta saber se esse alto grau de impacto é de risco e/ou de oportunidade.

A análise global nos permite identificar e avaliar se o ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados, no período delimitado, é favorável (gerador de oportunidades) ou desfavorável (gerador de riscos) para os interesses do grupo de participantes. A tabela 3 apresenta dados que revelam esse ambiente político-institucional⁴ analisado, definindo o tipo de potencial impacto político:

Tabela 3 – Ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados referente ao tema EAD:

Potencial impacto político - análise global		
Tipo	Proposições legislativas (N)	%
Oportunidade	74	60,66
Risco	23	18,85
Sem impacto	25	20,49
Total	122	100,00

Fonte: Projeto de Pesquisa “Ciência Política Aplicada ao Mercado da Política de Relações Institucionais e Governamentais (RIG): A Contribuição dos Cientistas Políticos para a Avaliação de Risco Político”.

De acordo com a tabela 3, o ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados se revela gerador de oportunidades, logo, razoavelmente favorável, na ordem de 60,66%. Verifica-se também que há certo grau de risco na ordem de 18,85%, bem como, na ordem de 20,49%, o ambiente político-institucional não apresenta nenhum potencial impacto político.

A tabela 4 nos permite transformar dados quantitativos em uma análise de cunho qualitativo. Assim, facilita responder parcialmente o problema de pesquisa: o ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados é favorável ou desfavorável aos interesses do grupo participante? Optamos na tabela 4 avaliar o risco político, uma vez que as organizações empresariais focam na análise de risco.

⁴ A tabela 3 apresenta os dois tipos de potencial impacto político (oportunidade e risco). Para uma avaliação mais profunda do grau de potencial impacto político, seria importante qualificar ainda mais esses tipos de potencial impacto político, categorizando-os, por exemplo, em alto grau, médio grau e baixo grau. Isto é, alto grau de oportunidade, médio grau de oportunidade e baixo grau de oportunidade; alto grau de risco, médio grau de risco e baixo grau de risco. Não alcançamos tal profundidade na análise porque neste artigo, o ambiente político-institucional consiste em teste empírico, sendo assim, objeto de pesquisa secundário. Assim, entendemos que a categorização ora apresenta na tabela 3 é suficiente para testarmos a metodologia.

Tabela 4 – Valência do grau de risco:

Grau de potencial impacto político de risco	
Grau	Qualificação
0% (zero) $\leq X \leq 20\%$	Baixíssimo grau de risco.
$20\% < X \leq 40\%$	Baixo grau de risco.
$40\% < X \leq 60\%$	Médio grau de risco.
$60\% < X \leq 80\%$	Alto grau de risco.
$80\% < X \leq 100\%$	Altíssimo grau de risco.

Fonte: Projeto de Pesquisa “Ciência Política Aplicada ao Mercado da Política de Relações Institucionais e Governamentais (RIG): A Contribuição dos Cientistas Políticos para a Avaliação de Risco Político”.

De acordo com a tabela 4, o ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados se revela de **baixíssimo grau de risco** para o grupo de participantes. A questão é: os dados (tabelas 3 e 4) nos permitem de forma conclusiva afirmar que o ambiente político-institucional é razoavelmente favorável aos interesses do grupo de participantes, bem como apresenta baixíssimo grau de risco?

A resposta é não. Essa nossa afirmação fica mais clara quando lemos atentamente o problema de pesquisa: “o ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados apresenta **tendência** favorável (oferece oportunidades) ou desfavorável (oferece riscos) aos interesses de um grupo de estudantes da modalidade EAD?”.

A análise global não apresenta tendências, isto é, não é possível, por exemplo, a partir dos dados das tabelas 1 e 3 verificar se a quantidade de proposições legislativas de potencial impacto político de risco apresenta tendência de aumento, diminuição ou estabilidade ao longo do tempo (série histórica). O que sabemos até então é que no recorte temporal 2003 – 2023 ingressaram no processo legislativo da Câmara dos Deputados 18,85% proposições legislativas de potencial impacto político de risco.

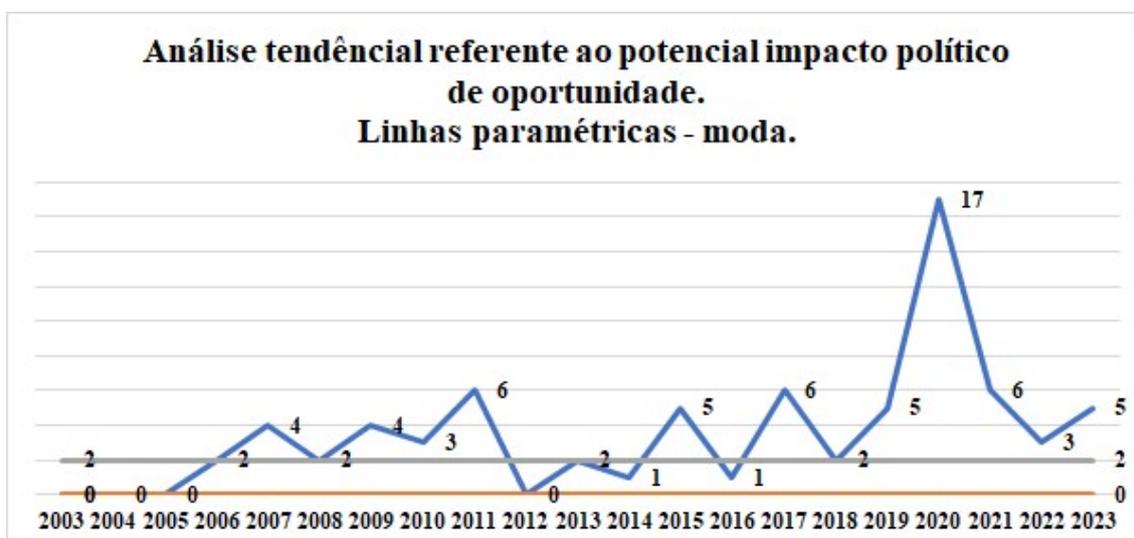
No sentido de analisarmos tendências propomos o uso da combinação da análise técnica, análise grafista e as medidas de tendência central enquanto linhas paramétricas. No sentido de simplificarmos as expressões, adotamos as expressões linha paramétrica moda (ou linha paramétrica modal), linha paramétrica mediana e linha paramétrica média

3.2. MONITORAMENTO LEGISLATIVO – MEDIDA DE TENDÊNCIA CENTRAL MODA:

Enquanto estatística descritiva, a moda se refere ao valor mais comumente encontrado em um conjunto de dados, ou seja, o número que ocorre com maior frequência: o valor modal. A moda, nas palavras de Castanheira (2018, p. 68), “[...] é o valor dos resultados de uma pesquisa que acontece com a maior frequência, o qual é representado por Mo”.

O primeiro teste empírico consiste em analisarmos o ambiente político-institucional relativo às proposições legislativas de potencial impacto político de oportunidade, fazendo uso da medida de tendência central moda, conforme graficamente dados apresentados no gráfico 1.

Gráfico 1 – Análise tendencial – linhas paramétricas – moda referente ao potencial impacto político de oportunidade:



Fonte: Projeto de Pesquisa “Ciência Política Aplicada ao Mercado da Política de Relações Institucionais e Governamentais (RIG): A Contribuição dos Cientistas Políticos para a Avaliação de Risco Político”.

Fazendo uso da medida de tendência central moda, a análise do ambiente político-institucional referente ao potencial impacto político de oportunidade é bimodal. A quantidade de proposições legislativas com potencial impacto político de oportunidade que apareceram com maior frequência foram 0 (zero) e 2 (dois). Esses dois valores são aqui transformados em linha paramétrica modal (0) e linha paramétrica modal (2).

Os anos modais, isto é, aqueles anos cuja a quantidade de proposições legislativas apresentam os valores da moda foram 2003, 2004, 2005 e 2012 (modal 0) e 2006, 2008, 2013 e 2018 (modal 2)

Os dados revelam que de 2003 a 2006 a linha paramétrica modal (2) assumiu a condição de linha de **resistência**. Por sua vez, entre 2007 e 2011 houve uma mudança de padrão, quando a linha paramétrica modal (2) deixou de ser linha de resistência para assumir a condição de linha de **suporte**, revelando, assim, tendência de crescimento. De 2012 a 2018 a linha paramétrica modal (2) mudou outra vez de condição, passando a ser linha de resistência. Por fim, de 2018 a 2023 a linha paramétrica assumiu a condição de linha de linha de suporte. Assim, considerando a série histórica 2003 a 2023, verifica-se oscilação de padrão modal com tendência de crescimento.

Uma vez que, a análise global revela que o ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados é de potencial impacto político de oportunidade de 66,60%, e a análise tendencial revela tendência de crescimento, podemos afirmar que o ambiente político-institucional apresenta tendência de crescimento consistente.

Ao analisarmos o topo e o fundo, os dados revelam que de 2005 a 2011, tanto o fundo quanto o topo apresentaram padrão de crescimento, que se iniciou na linha modal (0) enquanto linha de suporte, ultrapassando a linha paramétrica modal (2), que assumiu a condição de linha de resistência. Verifica-se, assim, uma mudança de tendência de crescimento modal significativa.

De 2012 a 2020 apresentou novamente padrão de crescimento tanto no fundo quanto no topo, quando mais uma vez o valor parte da linha paramétrica modal (0) e ultrapassa a linha paramétrica modal (2).

Do ano de 2018 até 2023, a linha paramétrica modal (2) assumiu apenas a condição de linha de suporte. Mesmo quando em 2021 ocorreu uma queda significativa de proposições legislativas de oportunidade, a linha paramétrica modal (2) continuou na condição de linha de suporte, revelando tendência de crescimento.

Ao analisarmos conjuntamente os dados da tabela 1, que revelam que a análise global do potencial impacto político de oportunidade é da ordem de 60,66%, e os dados tendenciais do gráfico 1, podemos afirmar que o ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados apresenta potencial impacto político de oportunidade para o grupo de participantes, uma vez que os 60,66% do ambiente político-institucional se revelam com tendência de crescimento no período analisado. Posto isso, a análise de topo e fundo revelam também tendência de crescimento consiste de proposições legislativas de potencial impacto político de oportunidade para o grupo de participantes.

No sentido de melhor qualificar a análise, a tabela 5 transforma dados quantitativos em dados qualitativos.

Tabela 5 – Valência do grau de oportunidade:

Grau de potencial impacto político de oportunidade	
Grau	Qualificação
0% (zero) $\leq X \leq 20\%$	Baixíssimo grau de impacto.
$20\% < X \leq 40\%$	Baixo grau de impacto.
$40\% < X \leq 60\%$	Médio grau de impacto.
$60\% < X \leq 80\%$	Alto grau de impacto.
$80\% < X \leq 100\%$	Altíssimo grau de impacto.

Fonte: Projeto de Pesquisa “Ciência Política Aplicada ao Mercado da Política de Relações Institucionais e Governamentais (RIG): A Contribuição dos Cientistas Políticos para a Avaliação de Risco Político”.

A partir da tabela acima, podemos afirmar de forma conclusiva que o ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados se revela estatisticamente de alto grau de impacto político de oportunidade para o grupo de participantes.

3.3. MONITORAMENTO LEGISLATIVO – MEDIDA DE TENDÊNCIA CENTRAL MEDIANA:

A **mediana consiste** em um valor que se posiciona precisamente no centro de um conjunto de dados. Sua determinação se dá pela ordenação crescente ou decrescente (rol) do conjunto de dados, representada por Md. A mediana pode ser identificada ou calculada em conjuntos de dados tanto em quantidade par quanto ímpar de elementos.

Nos casos de quantidade ímpar, a mediana é simplesmente o valor central da série. Por outro lado, quando o conjunto possui uma quantidade par de elementos, a mediana é encontrada pela média aritmética dos dois valores centrais, o que contribui para uma representação sólida da tendência central dos dados. Essa medida se mostra fundamental na compreensão da distribuição e da centralidade dos dados, desempenhando um papel relevante em análises estatísticas (CASTANHEIRA, 2018, p. 63).

Enquanto teste empírico, analisamos o ambiente político-institucional quanto ao potencial impacto político de risco. A análise global revelou baixíssimo grau de risco (tabela 4), uma vez que 18,85% (tabela 3) das proposições legislativas apresentam potencial impacto político de risco. No entanto, resta-nos saber se no recorte temporal analisado, a tendência é de diminuição, de aumento ou de estabilidade.

A partir dos dados analisados, a mediana é 1 (um). Assim, os anos cuja a quantidade de proposições legislativas apresentadas foram 1 (um) são os seguintes: 2004,

2006, 2007, 2009, 2012 e 2020. Chamamos estes anos de **anos medianos**⁵. O gráfico 2 apresenta os dados referentes ao ambiente político-institucional referente às proposições legislativas de potencial impacto político de risco.

Gráfico 2 – Análise tendencial – linha paramétrica – mediana referente ao potencial impacto político de risco:



Fonte: Projeto de Pesquisa “Ciência Política Aplicada ao Mercado da Política de Relações Institucionais e Governamentais (RIG): A Contribuição dos Cientistas Políticos para a Avaliação de Risco Político”.

De 2003 a 2010 os dados revelam um padrão consistente, no qual a linha paramétrica mediana encontra-se na condição de linha de resistência. E a análise de topo e fundo revela um padrão igualmente consistente sem apresentar nenhuma tendência, isto é, se manteve estável apresentando uma oscilação quase perfeita entre 0 (zero) e 1 (um).

Em 2011 pela primeira vez a quantidade de proposições legislativas de potencial impacto político de risco ultrapassou a linha paramétrica mediana, porém de 2012 a 2015, a linha paramétrica mediana retomou a condição de linha de resistência. Posto isso, a mudança de padrão foi repentina, retornando ao padrão anterior a 2011. Desta forma, podemos afirmar que de 2003 a 2015 havia um padrão de estabilização do ambiente político-institucional enquanto potencial impacto de político de risco.

⁵ A mediana é uma medida de posição, que no caso da nossa série histórica se encontra na posição 11, uma vez que colocados os valores em ordem crescente, a posição que divide ao meio (50% dos dados acima e 50% dos dados abaixo), em uma quantidade de 21 anos encontra-se na posição 11. O valor (a quantidade de proposições legislativas que se encontra na posição 11 é 1 (uma proposição legislativa). No entanto, quando colocamos a ordem por ano (de 2003 a 2023), o ano que assume a posição central (posição 11) é o ano de 2013, que não apresenta a quantidade de uma proposição legislativa. O ano mais centralizado que apresenta quantidade de proposição legislativa relativa à mediana 1 (um) é o ano de 2012. Se coincidissem o valor mediano com o ano centralizado na posição 11, quando ordenado por anos, este ano seria chamado de ano mediano perfeito.

Este cenário de padrão de estabilização passou a sofrer significativa mudança de padrão a partir de 2016, quando a quantidade de proposições legislativas de potencial impacto político de risco oscilou acima e abaixo da linha paramétrica mediana. A análise de topo revela tendência de aumento, iniciando no ano de 2016 com 2 (duas) proposições legislativas de potencial impacto de político de risco, em 2019 com 4 (quatro) e em 2023 com 5 proposições legislativas.

Por sua vez, a análise do fundo apresenta valores abaixo da linha paramétrica mediana nos anos de 2017 e 2018. Esta oscilação dificulta a identificação de tendência. No entanto, a partir de 2016 verifica-se na análise de topo crescimento da quantidade de proposições legislativas de potencial impacto político de risco acima da linha paramétrica mediana. Assim, podemos afirmar que a partir deste ano os dados revelam tendência de crescimento do potencial impacto político de risco.

Tendo o ano de 2012 como ano mediano mais centralizado no período analisado (2003 – 2023), observa-se que de 2012 a 2023 houve bastante oscilação, para cima e baixo da linha paramétrica mediana, quanto à quantidade de proposições legislativas de potencial de impacto político de risco, porém com tendência de crescimento. Isso porque, em 2012 ingressou no processo legislativo apenas 1 (uma) proposição legislativa de potencial impacto político de risco para 5 (cinco) proposições legislativas de mesmo impacto em 2023. Isso significa que no ano de 2023 foram apresentadas 5 vezes o valor de proposições legislativas de potencial impacto político de risco em relação ao ano mediano central de 2012.

É importante destacar que mesmo o ambiente político-institucional de forma global seja da ordem de 18,85% (tabela 3) de proposições legislativas de potencial impacto político de risco, o que significa baixíssimo grau de risco (tabela 4), a análise tendencial, a partir da linha paramétrica mediana, revela crescimento significativo de proposições legislativas de impacto político de risco.

Posto isso, o ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados se revela desfavorável aos interesses do grupo de participantes.

3.4. MONITORAMENTO LEGISLATIVO – MEDIDA DE TENDÊNCIA CENTRAL MÉDIA:

A média aritmética simples (ou simplesmente média) é calculada a partir da soma de todos os elementos de um conjunto de dados, dividido pela quantidade total desses elementos (CASTANHEIRA, 2018, p. 58). Esse cálculo oferece uma medida central que

representa o valor médio do conjunto de dados, sendo uma ferramenta essencial da estatística descritiva.

O terceiro teste empírico trata da quantidade de proposições legislativas sem potencial impacto político nos interesses do grupo de participantes. Conforme análise global, 20,49% das proposições legislativas não impactam nos interesses do grupo de participantes. Isto significa, de acordo com a tabela 6, baixo grau de proposições legislativas sem potencial impacto político.

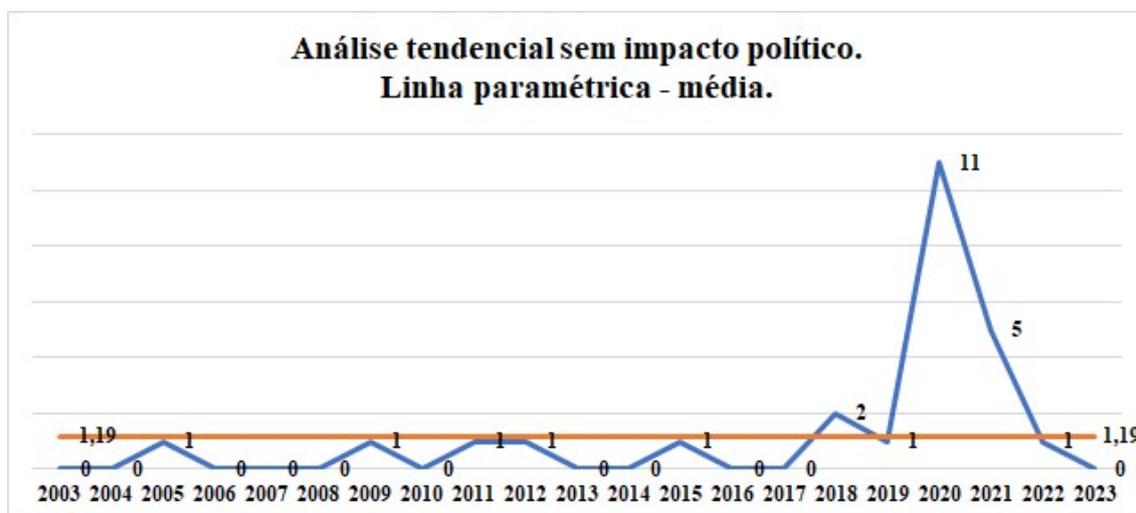
Tabela 6 – Valência do grau de sem impacto:

Grau de sem potencial impacto político	
Grau	Qualificação
0% (zero) $\leq X \leq 20\%$	Baixíssimo grau de sem impacto.
$20\% < X \leq 40\%$	Baixo grau de sem impacto.
$40\% < X \leq 60\%$	Médio grau de sem impacto.
$60\% < X \leq 80\%$	Alto grau de sem impacto.
$80\% < X \leq 100\%$	Altíssimo grau de sem impacto.

Fonte: Projeto de Pesquisa “Ciência Política Aplicada ao Mercado da Política de Relações Institucionais e Governamentais (RIG): A Contribuição dos Cientistas Políticos para a Avaliação de Risco Político”.

De acordo com os dados referentes às proposições legislativas sem potencial impacto político nos interesses do grupo de participantes, conforme gráfico 3, a média é 1,19 proposições legislativas dessa natureza.

Gráfico 3 – Análise tendencial – linha paramétrica – média referente ao ambiente político-institucional sem potencial impacto político:



Fonte: Projeto de Pesquisa “Ciência Política Aplicada ao Mercado da Política de Relações Institucionais e Governamentais (RIG): A Contribuição dos Cientistas Políticos para a Avaliação de Risco Político”.

Considerando o gráfico 3, de 2003 a 2017 os dados revelam um padrão consistente que oscilou entre topo e fundo, tendo a linha paramétrica média na condição de linha de resistência. Em 2018 foi a primeira vez em que a quantidade de proposições legislativas ultrapassou um pouco (2 proposições legislativas) a linha paramétrica média. No ano de 2019 a linha paramétrica média tornou à condição de linha paramétrica de resistência. Podemos afirmar, assim, que de 2003 a 2019, o ambiente político-institucional manteve um padrão de estabilidade entorno da média quando se trata de proposições legislativas sem potencial impacto político.

Foram nos anos de 2020 e 2021 a primeira sequência de anos em que a linha paramétrica média ficou na condição de linha de suporte, sendo o ano de 2020 um ponto fora da curva, quando ingressaram no processo legislativo 11 (onze) proposições legislativas sem potencial impacto político, retornando nos anos de 2022 e 2023 a linha paramétrica média à condição de linha de resistência.

Os dados revelam que no ano de 2020, quase no final do período analisado (2003 – 2023), houve aumento significativo, em relação à linha paramétrica média, de proposições legislativas sem potencial impacto político. Este fato poderia ter impactado estatisticamente⁶ a série histórica, tendo como resultado o aumento da tendência de proposições legislativas dessa natureza.

Contudo, o retorno da linha paramétrica média nos dois últimos anos do período analisado (2022 e 2023) à condição de resistência, coloca o período analisado (2003 - 2023) com tendência de estabilização de proposições legislativas sem potencial impacto político entorno da média (1,19).

Uma vez que a média é impactada por valores extremos, no caso em tela o valor extremo está no ano de 2020, quando ingressaram no processo legislativo 11 (onze) proposições legislativas sem potencial impacto político, torna-se necessário analisar se os dados (quantidade de proposições legislativas sem potencial impacto político) no período analisado estão distribuídos entorno da média. Isto é, se a distribuição dos dados é regular (homogênea). Para isso é importante calcular uma das medidas de dispersão (medida de variabilidade): o desvio padrão. O valor do desvio padrão é de 2,46, o que revela, por ser

⁶ É importante lembrar que valores extremos de um conjunto de dados impactam na média.

um valor baixo, que parte significativa dos dados distribuídos no período analisado estão entorno da média.

Diante dos dados apresentados, podemos dizer que estatisticamente o ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados se revela na ordem de 20,49% sem potencial impacto político nos interesses do grupo de participantes, isto é, de baixo grau de proposições legislativas sem impacto com tendência de estabilização.

3.5. MONITORAMENTO POLÍTICO - ANÁLISE GLOBAL E TENDENCIAL DO AMBIENTE POLÍTICO-INSTITUCIONAL:

Na série histórica analisada, 93,39% das proposições legislativas referentes ao EAD foram de iniciativa do Poder Legislativo e apenas 6,61% do Poder Executivo. Considerando somente o Poder Executivo, 37,50% apresentam potencial impacto político de oportunidade, 25% apresentam potencial impacto político de risco e 37,50% sem potencial impacto político nos interesses do grupo de participantes. Por sua vez, dentre as proposições legislativas de iniciativa do Poder Legislativo, 62,83% apresentam potencial impacto político de oportunidade, 17,70% de risco e 19,47% sem impacto. Dada a diferença entre o Poder Executivo (6,61%) e do Poder Legislativo (93,39%), nesta seção analisamos somente os dados relativos ao Poder Legislativo.

Enquanto teste empírico, usamos a linha paramétrica média. Posto isso, a média é de 0,95 proposições legislativas de potencial impacto de risco com desvio padrão de 1,40. Uma vez que a média é 0,95, qualquer quantidade de proposições legislativas de potencial impacto político de risco diferente de 0 (zero) ficará acima da linha paramétrica média. Neste caso, o desvio padrão assume a condição de linha paramétrica média, conforme gráfico 4. Isso somente é possível quando a média é inferior a 1 (um) e o desvio padrão for baixo e também acima de 1 (um). No caso desses critérios não forem alcançados, use-se o valor da média, mesmo sendo inferior a 1 (um).

Gráfico 4 – Análise tendencial – linha paramétrica – mediana referente ao ambiente político-institucional de potencial impacto político de risco:



Fonte: Projeto de Pesquisa “Ciência Política Aplicada ao Mercado da Política de Relações Institucionais e Governamentais (RIG): A Contribuição dos Cientistas Políticos para a Avaliação de Risco Político”.

De acordo com os dados do gráfico acima, de 2003 a 2015, em grande medida, a linha paramétrica média encontrava-se na condição de linha de resistência, com exceção do ano de 2011, quando a quantidade de proposições legislativas de potencial impacto político de risco ultrapassou de forma significativa. Percebe-se um padrão de tendência de estabilidade de potencial impacto político de risco, que se revela, do ponto de vista estatístico, sem tendência de crescimento de 2003 e 2015.

No entanto, entre os anos de 2016 e 2023, os dados oscilam bastante, fazendo com que a linha paramétrica média deixe a condição tanto de linha de resistência quanto de suporte. Desta forma, a análise grafista aponta para uma aparente falta de tendência, reduzindo, assim, a “previsibilidade” do comportamento dos dados.

Para efeito de análise tendencial, torna-se importante dividirmos a série histórica aqui analisada em dois períodos: o primeiro período de 2003 a 2015, quando a linha paramétrica média se encontrava na condição de linha de resistência, e o segundo período de 2016 a 2023, quando se observa uma mudança de padrão, uma vez que os dados oscilam bastante acima e abaixo da linha paramétrica média. Nota-se que no período final a quantidade de proposições legislativas de potencial impacto político de risco aumentou significativamente acima da linha paramétrica média. Isso revela tendência de crescimento no final do recorte temporal analisado.

No sentido de melhor qualificarmos a nossa análise, abaixo se encontra a tabela 7 que trata da valência do grau de não alinhamento entre o Poder Legislativo e o grupo de participantes.

Tabela 7 – Valência do grau de não alinhamento:

Grau de não alinhamento	
Grau	Qualificação
0% (zero) $\leq X \leq 20\%$	Baixíssimo grau de não alinhamento.
$20\% < X \leq 40\%$	Baixo grau de não alinhamento.
$40\% < X \leq 60\%$	Médio grau de não alinhamento.
$60\% < X \leq 80\%$	Alto grau de não alinhamento.
$80\% < X \leq 100\%$	Altíssimo grau de não alinhamento.

Fonte: Projeto de Pesquisa “Ciência Política Aplicada ao Mercado da Política de Relações Institucionais e Governamentais (RIG): A Contribuição dos Cientistas Políticos para a Avaliação de Risco Político”.

De acordo com a tabela 7, quando se lança mão de uma análise global, o grau de não alinhamento entre os interesses do grupo de participantes e do Poder Legislativo é de baixíssimo grau de não alinhamento (17,70%). Isso revela um ambiente político-institucional bastante favorável aos interesses do grupo de participantes.

No entanto, quando se lança mão de uma análise tendencial com o uso da linha paramétrica média, conforme gráfico 4, esse baixíssimo grau de não alinhamento não se revela verdadeiro, uma vez que apresenta uma tendência crescente de proposições legislativas de potencial impacto político de risco quando se considera a série histórica ora analisada (2003 – 2023).

Para fazermos uma análise mais contundente quanto ao grau de alinhamento e de não alinhamento, abaixo encontra-se a tabela 8 que trata da valência do grau de alinhamento entre o grupo participante e o Poder Legislativo.

Tabela 8 – Valência do grau de alinhamento:

Grau de alinhamento	
Grau	Qualificação
0% (zero) $\leq X \leq 20\%$	Baixíssimo grau de alinhamento.
$20\% < X \leq 40\%$	Baixo grau de alinhamento.
$40\% < X \leq 60\%$	Médio grau de alinhamento.
$60\% < X \leq 80\%$	Alto grau de alinhamento.
$80\% < X \leq 100\%$	Altíssimo grau de alinhamento.

Fonte: Projeto de Pesquisa “Ciência Política Aplicada ao Mercado da Política de Relações Institucionais e Governamentais (RIG): A Contribuição dos Cientistas Políticos para a Avaliação de Risco Político”.

Em síntese, fazendo uso da tabela 8, a análise global revela que o ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados, considerando a série histórica 2003 – 2023, apresenta alto grau de alinhamento (62,83%) entre o Poder Legislativo e o grupo de participantes. Contudo, a análise tendencial revela outra realidade: tendência de aumento do grau de não alinhamento.

A questão que surge é: quais partidos políticos⁷ encontram-se mais alinhados e não alinhados aos interesses do grupo de participante? No sentido de responder a esse questionamento, destacamos os partidos que figuram com proposições legislativas de potencial impacto político de risco e de oportunidade acima de 5%⁸.

Tabela 9 – Partidos políticos alinhados

Partidos políticos alinhados		
Partidos	N	%
PDT	11	15,49%
PT	9	12,68%
PSB	8	11,27%
PL	5	7,04%
PSDB	4	5,63%
PSL	4	5,63%
PTB	4	5,63%

Fonte: Projeto de Pesquisa “Ciência Política Aplicada ao Mercado da Política de Relações Institucionais e Governamentais (RIG): A Contribuição dos Cientistas Políticos para a Avaliação de Risco Político”.

⁷ Não se trata aqui de um posicionamento institucional dos partidos, normalmente dado pelas lideranças, mas sim da quantidade de proposições legislativas do agregado dos deputados federais que integram os partidos. O posicionamento institucional dos partidos é dado durante as votações, quando se mede a disciplina partidária. Aqui estamos tratando, vale lembrar, de conteúdo das proposições legislativas.

⁸ Na condição de teste empírico, este valor foi escolhido discricionariamente.

De acordo com os dados da tabela 8, o PDT é o partido que mais se alinha aos interesses do grupo de participantes, seguido pelo PT, PSB, PL, PSDB, PSL e PTB. Deste grupo de partidos, os três primeiros que passaram de 10% cada um, no agregado somam 39,44%, ou seja, quase 40% das proposições legislativas de oportunidades. Assim, dentro da análise global, são partidos alinhados aos interesses do grupo participante.

A tabela 9 relaciona os partidos políticos que mais apresentaram proposições legislativas de risco, logo, não alinhados com o grupo de participantes. Seguimos o mesmo critério da tabela 8 de selecionar apenas os partidos que apresentam proposições legislativas acima de 5%

Tabela 9 – Partidos políticos não alinhados

Partidos políticos não alinhados		
Partidos	N	%
MDB	4	20,00%
PT	2	10,00%
PR	2	10,00%
PDT	2	10,00%
PV	2	10,00%
PP	2	10,00%

Fonte: Projeto de Pesquisa “Ciência Política Aplicada ao Mercado da Política de Relações Institucionais e Governamentais (RIG): A Contribuição dos Cientistas Políticos para a Avaliação de Risco Político”.

Destacam-se enquanto não alinhados ao grupo de participantes o MDB, seguido pelo PT, PR, PDT, PV e PP. Enquanto não alinhado, o maior destaque é o MDB. Chama atenção que o PT e o PDT, dentro da análise global, aparecem como destaques tanto enquanto alinhados (tabela 8) e não alinhados (tabela 9) aos interesses do grupo de participantes⁹.

Vale destacar que o PT e o PDT apresentaram individualmente 2 (duas) proposições legislativas de potencial impacto de risco ao longo da série histórica, totalizando 4 proposições legislativas dessa natureza. O PT apresentou nos anos de 2011 e 2023 e, por sua vez, o PDT nos anos de 2020 e 2023. O fato de o PDT apresentar

⁹ É por isso que preferimos usar as expressões alinhados e não alinhados no lugar de aliados e não aliados.

proposições legislativas de potencial impacto de risco no período final da série histórica, a análise tendencial coloca o PDT com maior tendência de crescimento de proposições legislativas dessa natureza.

Contudo, entendemos que estatisticamente é irrelevante, sobretudo porque, tanto o PT quanto o PDT, na condição de não alinhados, apresentam média de 0,10 proposições legislativas de potencial impacto político de risco, a moda é 0 (zero) e mediana 0 (zero). Posto isso, entendemos ser importante analisarmos os dados relativos às proposições legislativas de potencial impacto político de oportunidades dos dois partidos políticos. O gráfico 5 apresenta os dados relativos ao PDT.

Considerando os dados relativos ao PDT quanto às proposições alinhadas ao grupo de participantes, as medidas de tendência central são as seguintes: mediana 0 (zero), moda 0 (zero) e média de 0,52, com desvio padrão de 0,85. Assim, mantendo o nosso critério, a linha paramétrica média assume o valor 1 (um), conforme gráfico 5

Gráfico 5 – Alinhamento político entre o PDT e o Grupo de Participantes.



Fonte: Projeto de Pesquisa “Ciência Política Aplicada ao Mercado da Política de Relações Institucionais e Governamentais (RIG): A Contribuição dos Cientistas Políticos para a Avaliação de Risco Político”.

Os dados revelam que de 2009 a 2011 o PDT apresentou proposições legislativas alinhadas aos interesses do grupo de participantes, tendo a linha paramétrica média na condição de linha de suporte. No entanto, de 2013 a 2020 a linha paramétrica média encontrava-se na condição de linha de resistência. Posto isso, verifica-se tendência de

diminuição de proposições legislativas alinhadas ao grupo de interesse. Embora a análise global coloque o PDT como o partido mais alinhado aos interesses do grupo de participantes, a análise tendencial revela que no final da série histórica analisada, verifica-se tendência de diminuição de proposições legislativas alinhadas (de potencial impacto político de oportunidade).

É importante informar que os anos que constam com 0 (zero) proposições legislativas alinhadas, não significa necessariamente que foram períodos em que o PDT apresentou proposições legislativas não alinhadas, mas sim que não foram apresentadas proposições legislativas alinhadas.

O gráfico 6 apresenta a quantidade de proposições legislativas alinhadas aos interesses do grupo de participantes de autoria dos deputados do PT. As medidas de tendência central são as seguintes: moda é 0 (zero), mediana 0 (zero) e a média 0,43, com desvio padrão de 0,79. Seguindo o critério adotado neste artigo, a linha paramétrica média assume valor 1 (um).

Gráfico 6 – Alinhamento político entre o PT e o Grupo de Participantes.



Fonte: Projeto de Pesquisa “Ciência Política Aplicada ao Mercado da Política de Relações Institucionais e Governamentais (RIG): A Contribuição dos Cientistas Políticos para a Avaliação de Risco Político”.

Os dados referentes ao alinhamento entre o PT e o grupo de participantes revelam que de 2003 a 2006 não foram apresentadas proposições legislativas alinhadas. Por sua

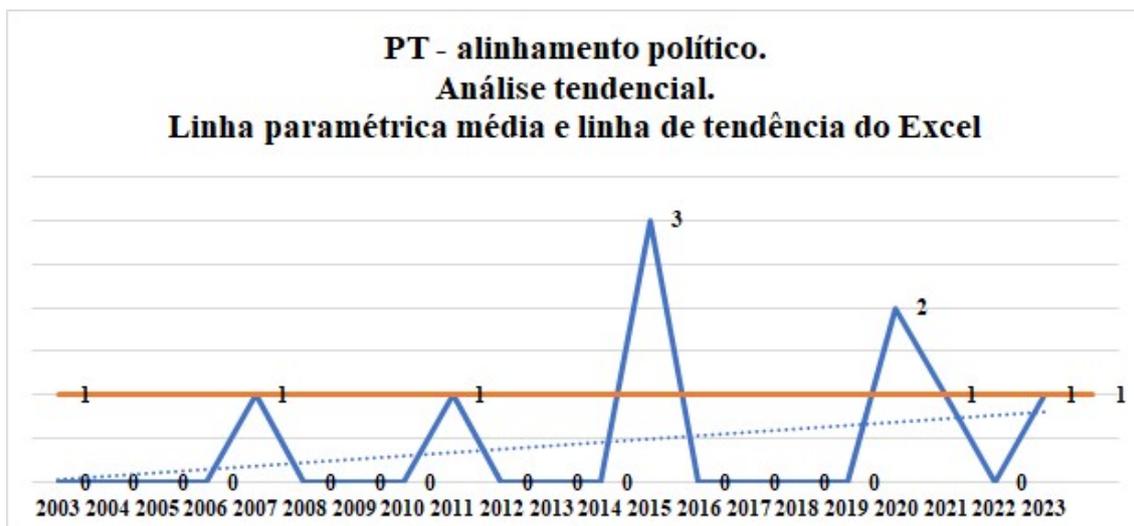
vez, verifica-se que apenas nos anos de 2007 e 2011 foram apresentadas proposições legislativas de deputados federais do PT alinhadas aos interesses do grupo de participantes. No entanto, no período que vai de 2003 a 2014 a linha paramétrica média encontra-se na condição de linha de resistência, revelando claramente um padrão de resistência, logo, de tendência de estabilidade.

De 2015 a 2023 foram apresentadas proposições legislativas alinhadas nos anos de 2015, 2020, 2021 e 2023. Neste período, os dados oscilaram bastante entorno da linha paramétrica média, sendo apenas apresentadas proposições legislativas que ultrapassaram positivamente a linha paramétrica média nos anos de 2015 e 2020. Nos anos de 2021 e 2023, os dados revelam que a linha paramétrica média se encontra enquanto linha de resistência.

Desta forma, a linha paramétrica média nos permite identificar padrões, logo, mudança de padrões, dentro da série histórica analisada. Nota-se três períodos distintos: de 2003 a 2014, de 2015 a 2020 e, por fim, de 2021 a 2023. No primeiro período, a linha paramétrica média encontra-se na condição de linha de resistência. Por sua vez, no segundo período, somente nos anos de 2015 e 2020 a linha paramétrica média foi ultrapassada, sugerindo, devido à oscilação, perda de tendência. No entanto, no terceiro e último período, verifica-se o retorno da linha paramétrica média à sua condição identificada no primeiro período, a de linha de resistência. Podemos, assim, razoavelmente afirmar que as proposições legislativas alinhadas, de autoria dos deputados federais do PT, aos interesses do grupo de participantes apresentam tendência de estabilidade tendo como linha de resistência a linha paramétrica média.

No sentido de marcarmos a diferença entre a inteligência política enquanto metodologia de avaliação do ambiente político-institucional, de um lado, e a linha de tendência do Excel, de outro, a partir da representação gráfica que consta no gráfico 6, repetimos os mesmos dados deste gráfico, gerando o gráfico 7 com a linha de tendência do Excel, para efeito de comparação.

Gráfico 7 – Alinhamento político entre o PT e o Grupo de Participantes: a comparação entre linha paramétrica média e linha de tendência do Excel.



Fonte: Projeto de Pesquisa “Ciência Política Aplicada ao Mercado da Política de Relações Institucionais e Governamentais (RIG): A Contribuição dos Cientistas Políticos para a Avaliação de Risco Político”.

Diferente de nossa análise, a linha de tendência do Excel aponta para uma tendência de crescimento de proposições legislativas alinhadas, considerando a série histórica 2003 – 2023. Isso parece ocorrer pela combinação de diferentes análises realizadas pelo Excel quando solicitada a linha de tendência, que difere das análises realizadas a partir da inteligência política enquanto metodologia de avaliação.

Posto isso, destacamos as possíveis combinações analíticas que resulta na linha de tendência do Excel: 1) considera toda série histórica sem dividir por períodos, 2) pelo uso da amplitude, uma medida de variabilidade (dispersão), um cálculo cuja equação diminui o valor máximo do valor mínimo registrados na série histórica. Que no caso em tela, foi impactado pela variação dos dados nos anos de 2015 e 2020, quando as proposições legislativas de potencial impacto de oportunidades ultrapassaram a linha paramétrica média e, por fim, 3) a linha de tendência do Excel faz uso, do que chamamos aqui de amplitude de tempo, quando na equação calcula-se a diminuição do valor do último ano do valor do primeiro ano da série histórica analisada

No gráfico 7, a linha de tendência do Excel para apresentar crescimento de tendência de proposições legislativas alinhadas, parece ter realizado o seguinte cálculo de tempo: no ano de 2003 a quantidade foi 0 (zero). Por sua vez, no ano de 2023 foi 1 (um). Nota-se que o valor é positivo, revelando uma tendência de crescimento.

Já a inteligência política, enquanto metodologia de avaliação do ambiente político-institucional, faz uso do critério de comparação entre períodos em relação à linha paramétrica, em busca de padrões e mudanças de padrões dentro de um recorte temporal definido. Apesar disso, tanto a nossa análise e a linha de tendência do Excel identificaram

algo em comum: a linha paramétrica média enquanto condição de linha de resistência na série histórica analisada.

4. CONCLUSÃO:

Este artigo visa responder a duas perguntas, uma destinada ao teste empírico (objeto secundário) e outra destinada à inteligência política enquanto avaliação do ambiente político-institucional (objeto primário). Iniciamos pela pergunta destinada à metodologia: “a inteligência política enquanto metodologia, ora apresentada, é eficaz para avaliar o ambiente político-institucional?”

Entendemos que a variável potencial impacto político contempla as duas grandes diferentes visões de mundo, do ponto de vista político-econômico (ideológico): do liberalismo econômico e do desenvolvimentismo (novo desenvolvimentismo). Isto porque, amplia a capacidade analítica, deixando-a mais próxima da realidade política, no sentido de avaliar o ambiente político-institucional com maior clareza., já que considera o potencial impacto político de risco, de oportunidade e sem potencial impacto político.

Entendemos também que o indicador potencial impacto político, fazendo uso das medidas de tendência central, enquanto linhas paramétricas, permite ao analista avaliar a série histórica, a partir de padrões, mudanças de padrões, bem como identificar tendências e não tendência do ambiente político-institucional.

A inteligência política enquanto metodologia, considerando o teste empírico aqui realizado, se mostra eficaz para avaliar se o ambiente político-institucional é favorável, desfavorável ou indiferente (sem impacto), uma vez que ao não considerar a série histórica de forma monolítica, consiste em ganho analítico mais detalhado.

Ainda iremos testar em que situação é melhor aplicar as diferentes medidas de tendência central aos diferentes temas para avaliar uma série histórica. Em outras palavras, quando usar a medida de tendência central moda? Quando usar a mediana? Quando usar a média?

Percebemos que os diferentes comportamentos dos dados (quantidade de proposições legislativas), dentro de uma determinada série histórica, exigem linhas paramétricas baseadas em uma ou duas das medidas de tendência central no sentido de identificar padrões, mudanças de padrões, tendências e não tendência.

A medida de tendência central que permitir a identificação de maior quantidade de períodos dentro de uma série histórica, irá se revelar a mais eficiente, uma vez que nos permitirá identificar padrões, mudanças de padrões, tendências e não tendência.

Percebemos, por exemplo, que a medida de tendência central mediana é bastante eficaz quando o comportamento dos dados revela: 1) ano mediano mais próximo do centro da série histórica, 2) quando os anos medianos estão bem distribuídos dentro da série histórica, permitindo identificar períodos bem distintos e 3) quando o ano mediano combina com a mediana, isto é, quando ambos estão na mesma posição central, o que aqui denominamos de ano mediano perfeito.

Quanto ao limite do indicador potencial impacto político, observamos que o mesmo somente considera as proposições legislativas que ingressaram no processo de decisão política/processo legislativo, sem considerar se as proposições legislativas estão ainda em tramitação, se foram ou não transformadas em norma jurídica (lei). Embora seja o limite do indicador, não é o limite da inteligência política enquanto metodologia de avaliação do ambiente político-institucional, uma vez que essa metodologia tem outro indicador denominado de desempenho político-institucional.

Outro limite que se observa é que no artigo identifica-se as mudanças de padrões sem explicar os motivos. Este limite não é da metodologia, mas sim do artigo, uma vez que não foi proposto por este artigo realizar uma pesquisa qualitativa das motivações e preferências dos atores políticos, muito menos de analisar questões exógenas à política.

A segunda pergunta que ainda falta responder é: “o ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados apresenta tendência favorável (oferece oportunidades) ou desfavorável (oferece riscos) aos interesses de um grupo de estudantes da modalidade EAD?”

O primeiro teste que realizamos fez uso da linha paramétrica modal no sentido de identificar a tendência quanto ao potencial impacto político de oportunidade. Neste particular, o ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados se revelou bastante favorável, uma vez que apresentou tendência de crescimento consistente de proposições legislativas com potencial impacto político de oportunidade.

No segundo teste empírico fez-se uso da linha paramétrica mediana para avaliar o ambiente político-institucional quanto ao potencial impacto político de risco. Embora a análise global revelou um ambiente político-institucional de baixíssimo grau de risco, a análise tendencial revelou tendência de crescimento significativo do potencial impacto político de risco para os interesses do grupo de participantes.

O terceiro teste empírico consistiu no uso da linha paramétrica média no sentido de analisar as proposições legislativas sem potencial impacto político. A partir dessa análise, o ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados se revelou de baixíssimo grau de proposições legislativas de potencial impacto dessa natureza.

Os dados mostram que o ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados oferece alto grau de impacto político, uma vez que 79,51% (agregado de proposições legislativas de potencial impacto político de risco e de oportunidade) das proposições legislativas que ingressaram no processo de decisão política/processo legislativo impactam nos interesses do grupo de participantes. Desta forma, é um ambiente político-institucional que deve ser monitorado.

Considerando as análises acima, podemos concluir que o ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados apresenta-se favorável de forma consistente aos interesses do grupo de participantes. Contudo, deve-se ficar atento ao crescimento de proposições legislativas de potencial impacto político de risco.

Para concluir, espera-se que a inteligência política enquanto metodologia de avaliação do ambiente político-institucional, ora apresentada, contribua para que cientistas políticos e cientistas políticas que atuem ou queiram atuar no mercado de Relações Institucionais e Governamentais, possam aprimorar um pouco mais sua capacidade de analítica. Este artigo foi produzido com esse “espírito” de contribuição.

5. REFERÊNCIAS:

AZOLIN, Audren Marlei. **Do lobby às relações governamentais: a profissionalização da representação de interesse no Brasil**. Curitiba: Intersaberes, 2020.

AZOLIN, Audren Marlei. **Inteligência política aplicada à gestão da representação de interesse: a produção legislativa da câmara municipal de Curitiba sobre a pessoa em situação de rua (2017-2020)**. Caderno Humanidades em Perspectivas, Curitiba, v. 5, n. 12, p. 32-45, 2021

BARROS, Thiago de Sousa. ANÁLISE TÉCNICA E FUNDAMENTALISTA: ENSAIOS SOBRE OS MÉTODOS DE ANÁLISE. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia, V.7, n.2, maio/ago. 2015.**

CASTANHEIRA, Nelson Pereira. Estatística aplica a todos os níveis. 2º Ed. Curitiba: Intersaberes, 2018.

CERVI, Emerson Urizzi. Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política – Volume 1. Curitiba: CPOP-UFPR, 2017

GOZETTO, Andréa Cristina Oliveira. Relações Governamentais como fator de competitividade. cadernos Adenauer XIX (2018) nº2. Disponível em: <https://www.kas.de/documents/265553/265602/7_file_storage_file_26271_5.pdf/7aa228c9-add4-b619-8d1c-2c95c8d3755e>. 28 abr. 2024.

GRAÇA, Luís Felipe Guedes da; SANTOS, Fabiano. **Uma análise da produção legislativa durante os dois primeiros anos do governo Sérgio Cabral: indicadores quantitativos e qualitativos em uma perspectiva comparativa**.in: I Prêmio SEFAZ-SEDEIS. Anais, Rio de Janeiro: Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, 2009, p. 1-80.

KINGDON, John W. **Juntando as Coisas**. In: SARAIVA, Henrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). Políticas Públicas: coletânea. Volume 1. Brasília: ENAP, 2007, p. 225-246.

OLIVEIRA, Andréa Cristina Jesus de. Lobby e representação de interesses: lobistas e seu impacto sobre a representação de interesse no Brasil. [Tese de Doutorado – Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas – UniCamp], 2004.

SANTANA, Genilson Fernandes. O PODER DE PREVISÃO DA ANÁLISE TÉCNICA. [BOVESPA. São Paulo: EAESP/FGV, 1997. 59p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área de Concentração: -Economia de Empresas], 1997.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Pesquisa Avançada. <https://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaAvancada>.